

27/11/98 A-5
233

Desmatamento da Amazônia ainda é alto

Em 1996, a ação das madeireiras atingiu 18,18 mil km². Chuvas impediram maior devastação

Virgínia Silveira
de São José dos Campos

O desmatamento na Amazônia atingiu níveis preocupantes nos anos de 1995 e 1996, de acordo com a avaliação feita por especialistas na área de meio ambiente. Em 1995, conforme o estudo divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a taxa de desflorestamento na região foi de 29.059 km², superior ao recorde histórico anterior, de 21 mil km², verificado no período de 1978 a 1988. Em 1996, o nível de desflorestamento caiu para 18.181 km², mas o número é considerado alto se comparado a 1994, quando a média de derrubada foi de 14.896 km².

O relatório do Inpe sobre o desflorestamento da Amazônia também apresentou uma estimativa para os anos de 1996 e 1997, com base em 40 imagens de satélite e mapas de vegetação elaborados com dados de radar, que cobrem cerca de 20% da área total da Amazônia Legal. Sobre a região estudada, segundo o Inpe, concentram-se hoje 75% das atividades de desflorestamento. A estimativa de desmatamento para o ano de 1997 também aponta para uma queda em relação aos três anos anteriores, somando 13.037 km².

A redução das áreas desmatadas de 1995 para 1996, segundo avaliação do secretário-executivo do Instituto Socioambiental, João Paulo Capobianco, não pode ser vista de maneira positiva. "1996 foi um ano de muita chuva na Amazônia, o que impediu a evolução das queimadas e dificultou a ação do madeireiro, que necessita de estiagem para operar", afirmou. Os dados divulgados pelo Inpe, na sua opinião, são dramáticos.

Entre 1978 e 1992, segundo Capobianco, a Amazônia perdeu cerca de 70 milhões de hectares, quase o mesmo volume de desmatamento verificado entre os anos de 1992 a 1996. A área desmatada, segundo Capobianco, é equivalente a aproximadamente três vezes o território de São Paulo, isso sem contar os dados de 1997.

Taxa média de desflorestamento bruto								
(km ² /ano)								
	78/88*	88/89	89/90	90/91	91/92	92/94**	94/95	95/96
Acre	620	540	550	380	400	482	1.208	433
Amapá	60	130	250	410	36	-	9	-
Amazonas	1.510	1.180	520	980	799	370	2.114	1.023
Maranhão	2.240	1.420	1.100	670	1.135	372	1.745	1.061
Mato Grosso	5.120	5.960	4.020	2.840	4.674	6.220	10.391	6.543
Pará	6.990	5.750	4.890	3.780	3.787	4.284	7.845	6.135
Rondônia	2.340	1.430	1.670	1.110	2.265	2.595	4.730	2.432
Roraima	290	630	150	420	281	240	220	214
Tocantins	1.630	730	580	440	409	333	797	320
Amazônia Legal	21.130	17.860	13.810	11.130	13.786	14.896	29.059	18.161

Fonte: Ibama.
* Média da década.
** Bônus 92/94.

O estudo do Inpe, de acordo com o ambientalista, também revela uma mudança no perfil do desmatamento da Amazônia. Até o final da década de 80 o desmatamento na região estava muito ligado a grandes projetos agropecuários, incentivados pelo governo federal. Essa ocupação se dava, geralmente, na região de transição de floresta para cerrado, próxima aos estados de Mato Grosso, Sul do Paraná e Rondônia. A partir da década de 1990, porém, verificou-se uma mudança no perfil de ocupação com a entrada da indústria madeireira.

"Com o fim do incentivo fiscal, a indústria madeireira passou a ser o agente capitalizador do proprietário, ou seja, o dono da terra entrega a madeira e, em troca, a indústria dá a terra limpa para que a ocupação seja feita", explicou. Segundo Capobianco, a concentração do desmatamento no período analisado pelo Inpe (1995 e 1996) se deu na floresta, onde está a madeira dura, de uso econômico.

Para o coordenador do Programa Amazônia de Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, o aumento da incidência das atividades madeireiras na

região é preocupante porque significa a existência de novas frentes de desmatamento e de uma mudança no conceito da expansão da fronteira. "O desmatamento só se expandia para o sul e leste da Amazônia. Hoje, ele está entrando dentro da floresta densa.

No estado do Amazonas, por exemplo, segundo Smeraldi, o nível de derrubada verificado em 1996 foi sete vezes maior que em 1994, ou seja, os lugares mais distantes da fronteira de colonização foram aqueles onde mais se aumentou o desmatamento em 1996. "Isso prova que houve a abertura de novas frentes. Tanto que, em 1997, Manaus passou a registrar os primeiros casos de fechamento do aeroporto por causa da fumaça provocada pelas queimadas."

Segundo informação divulgada pelo presidente do Ibama, Eduardo Martins, o volume de madeiras e toras apreendidas na Amazônia em 1997 foi de 710 mil metros cúbicos, o equivalente a 91 mil caminhões. Cerca de 33 empresas sem registro foram fechadas. As multas aplicadas às empresas de capital estrangeiro que atuam na região, de acordo com Martins, somaram R\$ 1 milhão.

Os dados divulgados pelo Inpe, segundo declaração feita pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, são bastante desconfortáveis para o governo, que não tem nenhum motivo para comemorar nem mesmo a queda do desmatamento verificada em 1996. "Só temos razões para comemorar o alto nível do trabalho feito pelo Inpe. Da capacidade de seus técnicos e pesquisadores de monitorar e disponibilizar dados que possibilitem a implementação de uma política pública para a Amazônia", afirmou.

O atraso na divulgação dos dados pelo governo também foi bastante criticado pelos ambientalistas. O estudo, segundo o diretor do Inpe, Márcio Barbosa, foi 98% concluído no dia 15 de janeiro, sendo que a previsão inicial de apresentação dos dados era para a primeira quinzena de dezembro. O principal motivo alegado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia José Israel Vargas, foram as dificuldades de financiamento do projeto, orçado em R\$ 2,5 milhões. "A Fundação Banco do Brasil, que financiava o estudo em anos anteriores, interrompeu o financiamento por falta de recursos", justificou o Ministro.